Notícias do dia 09 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 8

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
TCE - GO
Relator pede arquivamento da PEC da extinção do TCM . . . 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Parecer de Talles é pela manutenção do TCM-GO . . . 4

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Curtas - XADREZ . . . 5

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Caiado prepara o passo fundamental para recuperar as finanças do Estado . . . 6

RÁDIO SAGRES 730 - GO - SAGRES SINAL ABERTO
TCE - GO
PEC 5.022/2021 e discutida na Alego . . . 8

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Talles Barreto apresenta relatório contrário à extinção do TCM . . . 9

SAGRES 730 ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Relatório de Talles Barreto aponta supostas ilegalidades em PEC de extinção do TCM . . . 10

JORNAL DO VALE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Talles Barreto apresenta relatório pela rejeição de PEC que defende Extinção do TCM . . . 11

Relator pede arquivamento da PEC da extinção do TCM

O deputado Talles Barreto (PSDB) pediu, ontem, o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO). Ele é relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembléia Legislativa, que deve acatar seu relatório na próxima quinta-feira (10).

O relatório seria votado ainda na sessão de ontem, com orientação de voto favorável do líder do governo, Bruno Peixoto (MDB), mas Humberto Teófilo (PSL) pediu vistas, adiando a votação para a próxima sessão. Ele deve apresentar voto separa-

do pela aprovaçâo da PEC na comissão. "Defendo a extinção do TCM desde a campanha eleitoral. Meu posicionamento tem que ser exposto. Então, meu pedido de vistas é no sentido de adicionar argumentos porque sou favorável à PEC", afirmou.

O POPULAR já havia mostrado que Talles era pela rejeição da PEC, e sua escolha para a relatoria indicava o caminho de sua não aprovação. O parlamentar foi escolhido relator depois que Nilo Resende pediu aposentadoria do cargo de **conselheiro** do tribunal, abrindo espaço para a indicação do deputado e presidente da CO, Humberto Aidar (MDB). para a vaga. Desde o início, a matéria apresentada por Henrique Arantes (MDB) foi vista como ferramenta de pressão para que isso ocorresse.

Nos bastidores, inclusive, as informações eram de que o governo era favorável à extinção do TCM. Contudo, ontem, o líder governista na Casa, Bruno Peixoto, se manifestou pela rejeição da PEC. "O deputado Talles Barreto fez um trabalho sério, ouvindo todos os órgãos. Eu tinha uma visão diferente, mas após o trabalho sério do deputado, percebo a importância deste órgão, e percebo a União do Poder Legislativo para, juntos, melhorarmos a qualidade do serviço prestado aos municípios e construir um órgão cada dia mais forte", disse em sessão.

Humberto Aidar, que deve ser indicado para a vaga de **conselheiro**, já teve encontro com o governador Ronaldo Caiado (DEM). Não há, porém, prazo para que a indicação seja feita.

TÉCNICO

Em sua fala, Talles Barreto ressaltou aspecto técnico de seu relatório, afirmando que o "tribunal se consolidou após a constituição de 1988 e passou a ter ações importantíssimas". " Buscamos ouvir todas as entidades que vivem o TCM", disse, citando o Conselho Regional de Contabilidade de **Goiás**, a Associação Goiana dos Municípios (AGM), a Federação Goiana dos Municípios (FGM), a OAB Seção **Goiás**, e o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO).

"Pela proposta, o **TCE** ia passar o teto da Lei de Responsabilidade Fiscal", afirmou Talles. A PEC prevê que o **TCE** absorva os servidores efetivos do TCM, em caso de extinção. "O **TCE** não ia dar conta de absorver isso (a estrutura) rapidamente. O próprio **TCE** me disse isso', relatou como argumento para a rejeição da proposta.

O relatório de Talles sobre PEC será votado na sessão da próxima quinta-feira. (Marcos Nunes Carreiro)

Site: https://www.opopular.com.br/digital/09-junho-2021/1o-caderno

Parecer de Talles é pela manutenção do TCM-GO

Talles Barreto: permanência do Tribunal de Contas dos Municípios

O deputado estadual Talles Barreto entregou, ontem, relatório pela rejeição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que defende a Extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), em tramitação na Assembleia Legislativa.

Um dos pontos defendidos pela PEC, apresentada pelo deputado estadual Henrique Arantes, seria a economia gerada aos cofres goianos através da extinção do órgão. Talles Barreto destacou que, ao contrário do que é apresentado em uma das justificativas da PEC, a propositura não resultará em redução de despesas.

A PEC propõe a extinção de todos os cargos em comissão do TCM, a integração dos servidores inativos e pensionistas ao quadro de inativos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) e lotação dos servidores oriundos do TCM nos quadros e setores internos daquele órgão.

Segundo demonstrativo de despesa com pessoal apresentado pelo tribunal ao relator, a incorporação pelo **TCE**, de servidores egressos do TCM entre ativos, inativos e pensionistas elevaria o índice de despesas com pessoal para 1,54%, extrapolando o limite máximo proposto de 1,47%.

Para Talles, "[a extinção] promove mera realocação orçamentária entre órgãos estaduais.

Pode-se afirmar, ainda, com segurança, que a medida acabará por trazer aumento na despesa total com pessoal, considerando a necessidade do **TCE** teria ao promover a reorganização interna, adaptação administrativo e de pessoal para receber os processos que se encontravam em tramitação no TCM".

Site:
http://impresso.dm.com.br/edicao/20210609/pagina/1

Curtas - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

2 O **Tribunal de Contas do Estado** comunicou à **Alego** que vai acompanhar concurso da Casa para formação de cadastro de assistente legislativo.

Site: https://ohoje.com/impresso/

Caiado prepara o passo fundamental para recuperar as finanças do Estado

O governador Ronaldo Caiado apontou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) como fundamental para o equilíbrio das contas do Estado de Goiás durante entrevista concedida, nesta terça-feira, 8, ao programa Café com CBN, da Rádio CBN Goiânia, apresentado pelos jornalistas Luiz Geraldo e Mariani Ribeiro. "O que estamos fazendo é alongar o perfil da dívida, trazer juros que sejam compatíveis, indexadores que sejam honestos e abaixar esse gasto mensal que nós temos", explicou o governador ao informar que, atualmente, o Estado de Goiás paga em torno de R$ 210 milhões mensais de serviço da dívida (juro + encargos + amortização) com precatório.

O governador pontuou que essa situação de alto endividamento "foi criada para que Goiás tivesse um projeto político eleitoral e não um projeto para o cidadão". "Tomaram dinheiro a qualquer valor, a qualquer indexador. Quem suporta indexador de dólar?", disse Caiado, ao relembrar que até hoje a atual administração do Estado nunca pôde fazer um empréstimo. "Goiás está bloqueado no Tesouro por descumprimento de compromissos feitos anteriormente", informou

Caiado ainda fez questão de lembrar que as mesmas pessoas que criticam hoje a entrada no programa de recuperação fiscal, também foram contra a proposta do ex-governador Alcides Rodrigues, que queria vender 30% da **Celg** D e regularizar a situação da companhia para que o Estado continuasse com a sua gestão. "Foram os mesmos que fizeram essa dívida de R$ 7 bilhões, que já soma R$ 22 bilhões do passivo total do Estado, e entregaram a **Celg** por R$ 1,2 bilhão. A empresa poderia ter sido salva naquele momento com a venda de 30% das ações. São essas pessoas que estão contra o RRF", disparou.

"Para se ter uma ideia, hoje nós pagamos R$ 2,5 bilhões [de dívida] por ano. No primeiro ano da renegociação, vamos pagar R$ 90 milhões", informou o governador na entrevista. Com o passar do tempo, o valor aumentará, mas o máximo a ser pago será de R$ 1,9 bilhão. "Até chegar a R$ 1,9 bilhão, em 2027, a arrecadação de Goiás já triplicou ou quadruplicou. Então, esse valor já será irrisório", complementou Caiado.

Plano prevê equilíbrio com mais arrecadação e menos despesas

O Estado começou o exercício de 2019 na atual administração com mais de R$ 1,5 bilhão em folha salarial não empenhada e não paga, restos a pagar da ordem de R$ 3,1 bilhões, além da constante insuficiência de caixa, causada por persistente déficit estrutural, com despesas continuamente superiores às receitas.

Além disso, havia e ainda há alta rigidez das despesas estaduais, em que as obrigatórias, como folha salarial, duodécimos, serviço da dívida, precatórios, vinculações constitucionais, entre outras, comprometem quase toda a receita líquida do Tesouro Estadual.

Para conseguir sanear as contas públicas, produzir um equilíbrio fiscal de longo prazo e manter o funcionamento da máquina pública no curtíssimo prazo, o Estado de Goiás pleiteou, desde 2019, o ingresso no RRF, obtendo seguidas vitórias no Supremo Tribunal Federal, até a última decisão, no mês de maio, determinando que a Secretaria do Tesouro Nacional promovesse o ingresso de Goiás no programa de recuperação fiscal.

Lissauer Vieira: "RRF é a única solução para o caos financeiro"

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), afirmou que os poderes começaram a se reunir para discutir projetos que viabilizam a entrada de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Governo Federal.

Segundo o presidente, essa é a única maneira do Estado se recuperar financeiramente. "O Estado vive sob liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) há mais de um ano e meio. E o ministro Gilmar Mendes deixou claro que a última é essa que vence em 30 de junho. Se não tiver a renegociação das dívidas, no dia 1º de julho, Goiás amanhece com mais de R$ 4 bilhões de débitos. Uma questão impagável, de vida ou morte para o Estado", disse Lissauer Vieira à rádio Sagres 730.

Questionado a respeito de outras alternativas, Lissauer reconheceu que inicialmente se perguntou se a adesão do Estado ao RRF era mesmo a única opção, mas que passados dois anos, entendeu que só

há, de fato, esse caminho. "Infelizmente o governador pegou o Estado numa situação caótica. No que tange à situação fiscal, Goiás está entre os quatro piores estados do país. Se não fosse essa suspensão das dívidas, o governo não conseguiria pagar a folha de pagamento".

Na reunião realizada pelos poderes e órgãos, participaram representantes do Tribunal de Justiça, **Alego** e órgãos autônomos como o Ministério Público, **Tribunal de Contas do Estado** e dos Municípios e, também, a Defensoria Pública. "Necessária para esclarecer alguns pontos, coisas simples, onde os poderes precisavam saber, primeiramente, com relação à lei autorizativa ao RRF, haja vista que nós aprovamos no ano passado uma lei, mas ela foi conforme a Lei Complementar 159 do Governo Federal. Como no final de 2020 houve uma alteração e uma flexibilização na Lei Complementar 159, modificada pela Lei 178, o Estado precisou adaptar essa lei autorizativa"

O presidente da **Alego** ressaltou que o Estado deu, até o momento, todos os passos necessários e que, agora, falta apenas um. "Precisamos conversar com os deputados para eles entenderem a necessidade que o Estado tem"

Site: http://diariocentral.com.br/website/pdf/1015.pdf

PEC 5.022/2021 e discutida na Alego

A comissão de constituição e justiça e redação discutiu ontem a proposta de emeda constitucional da PEC 5.022/2021

Tags: **Alego**, TCM-GO, **TCE**-GO, Politica, Gestão pública, Estado de **Goiás**, Comissão de constituição e justiça e redação discutiu

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2021/06/09/RDIOSAGRES730GO-09.03.15-09.12.56-1623242354.mp3

Talles Barreto apresenta relatório contrário à extinção do TCM

A Redação

Goiânia - O deputado estadual Talles Barreto (PSDB) apresentou, na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), um relatório pela rejeição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que defende a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Um dos pontos defendidos pela PEC, apresentada pelo deputado estadual Henrique Arantes, seria a economia gerada aos cofres goianos através da extinção do órgão.

Talles defende que, ao contrário do que é apresentado em uma das justificativas da PEC, a propositura não resultará em redução de despesas. A PEC propõe a extinção de todos os cargos em comissão do TCM, a integração dos servidores inativos e pensionistas ao quadro de inativos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) e lotação dos servidores oriundos do TCM nos quadros e setores internos daquele órgão.

Segundo demonstrativo de despesa com pessoal apresentado pelo tribunal ao relator, a incorporação pelo **TCE**, de servidores egressos do TCM entre ativos, inativos e pensionistas elevaria o índice de despesas com pessoal para 1,54%, extrapolando o limite máximo proposto de 1,47%. "O limite de despesa de pessoal do **TCE** seria ultrapassado, ocasionando restrições orçamentárias e comprometimento da qualidade dos serviços de controle externo", pontuou.

Durante elaboração do parecer, o parlamentar esteve com representantes de órgãos e entidades relacionadas ao trabalho desempenhado pelo TCM, como a Associação Goiana dos Municípios (AGM), Federação Goiana dos Municípios, (FGM), Ordem dos Advogados no Brasil (OAB-GO) para discussão da matéria e construção de um relatório, segundo ele, "ponderado e contundente tendo posicionamento de forma unânime de apoio e de defesa da preservação e da não extinção".

O tucano apresentou, também, informações do TCM com dados e estatísticas do trabalho realizado por seus servidores aos municípios goianos. "Traduzindo em números, o TCM representou para o Estado de **Goiás**, em 2020, mais de 9 mil de processos apreciados e/ou julgado e mais de 2 mil unidades fiscalizadas. Exercitando a fiscalização, o TCM identificou desvios causadores de danos e imputou, débitos e multas por desvios de conduta", frisou. De acordo com Talles, os números indicam a eficiência, eficácia e efetividade do órgão.

Pedido de vistas

A PEC de Extinção do TCM deve ser votada na sessão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da quinta-feira (10/6), uma vez que o deputado estadual Humberto Teófilo solicitou vistas da matéria após a entrega do relatório de Talles Barreto na terça-feira. A tramitação da matéria ficou prejudicada devido o pedido de vistas do parlamentar.

Site:
https://www.aredacao.com.br/noticias/152022/talles-barreto-apresenta-relatorio-contrario-a-extincao-do-tcm

Relatório de Talles Barreto aponta supostas ilegalidades em PEC de extinção do TCM

Da Redação

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO), deputado Talles Barreto (PSDB), pediu o arquivamento da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa. O relatório do parlamentar aponta supostas ilegalidades no projeto.

O deputado Humberto Teófilo, que é a favor da extinção, pediu vistas do relatório e por isso ele não foi votado na reunião desta terça (8) da CCJ. A comissão deve votar o relatório nesta quinta-feira (10). A PEC prevê que o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) absorva os servidores efetivos do TCM, em caso de extinção.

Talles diz que a extinção vai aumentar gastos do **TCE** e não refletirá em redução das despesas e diz que custo/benefício do TCM compensa pelos seguintes motivos: "No ano de 2020, os benefícios diretos ao Tesouro Municipal e aos cidadãos, decorrentes da atuação do TCMGO, superaram R$ 23 bilhões (soma do orçamento dos 246 municípios). E toda essa fiscalização foi realizada com orçamento de 179 milhões (0,61% em relação ao orçamento do Estado de **Goiás** R$ 29 bilhões). Isso significa que para cada real fiscalizado pelo Tribunal o Estado investiu R$ 0,78. Isto sem contar a atuação prévia do TCMGO, por meio da adoção de medidas cautelares, com o objetivo de evitar grave lesão ao erário. Isso demonstra os méritos dessa visão proativa adotada pelo TCM em relação à despesa pública, no intuito de evitar a concretização de danos ao erário".

Confira a PEC:

Site: https://sagresonline.com.br/relatorio-de-talles-barreto-aponta-supostas-ilegalidades-em-pec-de-extincao-do-tcm/

Talles Barreto apresenta relatório pela rejeição de PEC que defende Extinção do TCM

O deputado estadual Talles Barreto entregou relatório pela rejeição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que defende a Extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**). Um dos pontos defendidos pela PEC, apresentada pelo deputado estadual Henrique Arantes, seria a economia gerada aos cofres goianos através da extinção do órgão.

Talles Barreto destacou que, ao contrário do que é apresentado em uma das justificativas da PEC, a propositura não resultará em redução de despesas. A PEC propõe a extinção de todos os cargos em comissão do TCM, a integração dos servidores inativos e pensionistas ao quadro de inativos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) e lotação dos servidores oriundos do TCM nos quadros e setores internos daquele órgão.

Segundo demonstrativo de despesa com pessoal apresentado pelo tribunal ao relator, a incorporação pelo **TCE**, de servidores egressos do TCM entre ativos, inativos e pensionistas elevaria o índice de despesas com pessoal para 1,54%, extrapolando o limite máximo proposto de 1,47%. "O limite de despesa de pessoal do **TCE** seria ultrapassado, ocasionando restrições orçamentárias e comprometimento da qualidade dos serviços de controle externo", pontuou.

Para Talles, "[a extinção] promove mera realocação orçamentária entre órgãos estaduais. Pode-se afirmar, ainda, com segurança, que a medida acabará por trazer aumento na despesa total com pessoal, considerando a necessidade do **TCE** teria ao promover a reorganização interna, adaptação administrativo e de pessoal para receber os processos que se encontravam em tramitação no TCM".

Durante elaboração do parecer, o parlamentar esteve com representantes de órgãos e entidades relacionadas ao trabalho desempenhado pelo TCM, como a Associação Goiana dos Municípios (AGM), Federação Goiana dos Municípios, (FGM), Ordem dos Advogados no Brasil (OAB-GO) para discussão da matéria e construção de um relatório, segundo ele, "ponderado e contundente tendo posicionamento de forma unânime de apoio e de defesa da preservação e da não extinção do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás**".

O tucano apresentou, também, informações do TCM com dados e estatísticas do trabalho realizado por seus servidores aos municípios goianos. "Traduzindo em números, o TCM representou para o Estado de **Goiás**, em 2020, mais de 9 mil de processos apreciados e/ou julgado e mais de 2 mil unidades fiscalizadas. Exercitando a fiscalização, o TCM identificou desvios causadores de danos e imputou, débitos e multas por desvios de conduta", frisou. De acordo com Talles, "são números que expressam a eficiência, eficácia e efetividade do órgão".

Site: https://jornaldovale.com/talles-barreto-apresenta-relatorio-pela-rejeicao-de-pec-que-defende-extincao-do-tcm/